



Entre o cuidado e a violência: mulheres como agressoras sexuais de meninos

Between care and violence: women as sexual abusers of boys

Entre el cuidado y la violencia: mujeres como agresoras sexuales de niños

Cristiano Eduardo da Rosa¹

Membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Jane Felipe²

Professora visitante do Instituto Federal Catarinense, Camboriú/SC, Brasil

Recebido em: 15/09/2025

Aceito em: 16/10/2025

Resumo

A violência/abuso sexual contra meninos cometida por mulheres permanece pouco visibilizada, em razão de representações de gênero que associam o feminino a uma ideia essencialista de cuidado, muito vinculada também à representação idealizada de maternidade. Este artigo tem como objetivo problematizar esse fenômeno, analisando seus silenciamentos sociais e implicações para a Educação. Para tanto, com aporte dos Estudos de Gênero e em uma perspectiva pós-estruturalista de análise, mobilizamos literatura científica, produções culturais e notícias jornalísticas, além de dados oficiais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Os resultados indicam que, embora menos frequentes, esses casos existem, geram impactos significativos e são frequentemente suavizados pela mídia ou até mesmo por algumas famílias, que interpretam tais fatos como uma iniciação sexual para os meninos. Considera-se que o enfrentamento a esse tipo de violência requer pesquisas específicas, formação docente crítica e políticas públicas que reconheçam meninos como vítimas e mulheres como possíveis agressoras.

Palavras-chave: Violência/abuso sexual. Meninos. Mulheres agressoras.

Abstract

Sexual violence and abuse against boys perpetrated by women remain largely invisible due to gender representations that associate femininity with an essentialist notion of care, closely linked to the idealized image of motherhood. This article aims to problematize this phenomenon by analyzing its social silences and implications for Education. Drawing on Gender Studies and adopting a post-structuralist analytical perspective, we examine scientific literature, cultural productions, and journalistic reports, and official data from the National Human Rights Ombudsman. The findings indicate that, although less frequent, such cases exist, have significant impacts, and are often downplayed by the media or even by some families, who interpret them as sexual initiation for boys. Addressing this type of violence requires targeted research, critical teacher education, and public policies that recognize boys as victims and women as potential perpetrators.

¹ cristiano1105@hotmail.com.

² jenefelipe.souza@gmail.com.

Keywords: Sexual violence/abuse. Boys. Women perpetrators.

Resumen

La violencia/abuso sexual contra niños cometida por mujeres permanece poco visibilizada debido a representaciones de género que asocian lo femenino con una idea esencialista de cuidado, fuertemente vinculada a la imagen idealizada de la maternidad. Este artículo tiene como objetivo problematizar este fenómeno, analizando sus silencios sociales y sus implicaciones para la Educación. Para ello, con el apoyo de los Estudios de Género y desde una perspectiva analítica posestructuralista, movilizamos literatura científica, producciones culturales y noticias periodísticas, además de datos oficiales de la Defensoría Nacional de Derechos Humanos. Los resultados indican que, aunque menos frecuentes, estos casos existen, generan impactos significativos y a menudo son suavizados por los medios de comunicación o incluso por algunas familias, que los interpretan como una iniciación sexual para los niños. Se considera que el enfrentamiento a este tipo de violencia requiere investigaciones específicas, formación docente crítica y políticas públicas que reconozcan a los niños como víctimas y a las mujeres como posibles agresoras.

Palabras clave: Violencia/abuso sexual. Niños. Mujeres agresoras.

Dos estigmas às lacunas: refletindo sobre agressoras sexuais mulheres

A violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes se configura como um grave problema social, com índices alarmantes no Brasil e no mundo. Em geral, a imagem predominante que circula em estatísticas, reportagens e pesquisas é a de meninas e mulheres como vítimas, e homens como agressores. Dados divulgados pelo *Atlas da Violência* (IPEA, 2025) e pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2025) confirmam essa realidade, apontando para o elevado número de mulheres vitimadas diariamente, mesmo diante de campanhas de prevenção e políticas públicas específicas.

Entretanto, nesse recorte, embora real e urgente, outra dimensão do fenômeno é ainda complexa: a agressão sexual contra meninos cometida por mulheres. Esses casos permanecem fortemente invisibilizados, seja pela resistência cultural em considerar mulheres como possíveis agressoras, seja pelos *scripts* de gênero que naturalizam as experiências sexuais precoces dos meninos como uma iniciação pertinente ao masculino ou como uma vivência positiva. Essa dificuldade de reconhecimento não só produz subnotificação e silenciamento, como também impõe às vítimas um processo de revitimização, ao negar a gravidade do trauma vivido (Rosa, 2024).

O cenário se torna ainda mais complexo quando as mulheres agressoras ocupam posições tradicionalmente associadas ao cuidado, como professoras, mães, cuidadoras ou vizinhas. No campo da Educação e em outros espaços de socialização infantil, o feminino é culturalmente vinculado à proteção, à afetividade e à mediação de saberes, o que tende a colocar essas figuras em um lugar acima de qualquer suspeita. Esse imaginário social contribui para que práticas abusivas envolvendo mulheres em

posições de autoridade ou de cuidado e meninos como vítimas sejam minimizadas, invisibilizadas ou mesmo interpretadas como relações consensuais, comprometendo a identificação, o acolhimento e o encaminhamento adequado dos casos.

Apesar de alguns avanços recentes — como a alteração da legislação penal em 2009, que passou a reconhecer meninos e homens como vítimas de estupro de vulnerável —, a produção acadêmica sobre a temática permanece escassa. As pesquisas existentes no Brasil e em outros países evidenciam que, embora numericamente menos frequentes do que os casos cometidos por homens, as violências/abusos sexuais praticadas por mulheres contra meninos existem, são graves e geram consequências psíquicas, sociais e educacionais. No entanto, esse debate ainda ocupa espaço marginal no campo da Educação, da Psicologia e do Direito.

Este artigo tem como objetivo problematizar a violência/abuso sexual contra meninos cometida por mulheres, analisando as representações sociais e os *scripts* de gênero que contribuem para a sua invisibilidade, bem como refletir sobre as implicações desse silenciamento para a Educação e para a proteção da infância.³ Para tanto, a partir de autores/as do campo dos Estudos de Gênero, como Felipe (2006; 2019), Louro (2014) e Rosa (2024), entre outros/as, operamos com uma perspectiva pós-estruturalista de análise, isto é, compreendendo que discurso, poder e relações sociais constituem as subjetividades e produzem determinados modos de ser. Essa perspectiva, inspirada em obras foucaultianas e nas teorizações feministas e queer que delas derivam, não procura verdades universais, mas busca compreender como determinados enunciados se tornam legítimos ao longo do tempo, naturalizando certas identidades e silenciando outras. Assim, a análise aqui realizada se volta a identificar os regimes de verdade e as práticas discursivas que atravessam as representações sobre masculinidades, vulnerabilidade e violência/abuso sexual. Nesse sentido, mobilizamos um conjunto de materiais diversos — trabalhos científicos nacionais e internacionais, produções culturais (como cinema e literatura) e notícias jornalísticas — que possibilitam tensionar discursos, estigmas e lacunas em torno da temática.

Assim, o texto percorre diferentes caminhos analíticos: iniciamos com uma reflexão sobre os *scripts* de gênero que estruturam percepções sociais acerca de vítimas e agressores; avançamos, então, para o exame de pesquisas, estatísticas e dados oficiais que dão visibilidade às ocorrências envolvendo mulheres como autoras de agressão sexual contra meninos; em seguida, olhamos para representações

³ Este artigo é um aprofundamento de um recorte da tese de doutorado “Violência/abuso sexual contra meninos: a pedofilização na educação das masculinidades dissidentes na infância”, produzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientada pela Profa. Dra. Jane Felipe.

culturais e midiáticas, problematizando os sentidos atribuídos ao fenômeno em produções artísticas e na imprensa; e, por fim, discutimos as implicações desses silêncios e contradições para a Educação.

Scripts de gênero e a negação da vítima masculina

No movimento de compreender a violência/abuso sexual, é recorrente associar as vítimas ao gênero feminino e os agressores ao gênero masculino. Essa leitura é reforçada por estatísticas, discursos midiáticos e pesquisas acadêmicas, produzindo a impressão de que a relação contrária — mulheres como agressoras e meninos como vítimas — seria rara ou até inexistente. No entanto, esses casos existem, permanecem subnotificados e geram impactos significativos sobre as vidas dos meninos.

Parte da dificuldade em identificar esses episódios decorre do modo como a sociedade atribui expectativas diferenciadas aos sujeitos, a partir do que Felipe (2019) denomina *scripts* de gênero. Segundo a autora, esses roteiros normativos tendem a prescrever condutas, definindo o que é socialmente aceitável para homens e mulheres. Quando tais roteiros são rompidos, as respostas sociais tendem a impor sanções e discriminações. No caso da violência/abuso sexual, isso significa que um menino dificilmente é percebido como vítima, e uma mulher raramente é reconhecida como agressora.

Um exemplo disso é a maneira como muitas vezes essas ocorrências praticadas por uma mulher contra um menino são interpretadas como “iniciação sexual”. Persiste a ideia equivocada de que tais experiências seriam positivas, reforçando a masculinidade e a virilidade do garoto, quando na realidade se configuram como crime sexual — estupro de vulnerável, tipificado pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 — pois não há consentimento legal entre um menino menor de 14 anos e um adulto. A banalização dessa violência, ao interpretá-la como experiência formativa, contribui para o silenciamento das vítimas e para a perpetuação de estigmas.

Cabe destacar dados da *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2019* (IBGE, 2021), que apresenta dados relevantes para pensar a sexualidade masculina na adolescência: entre estudantes de 13 a 15 anos, 34,6% dos meninos relataram já ter tido relação sexual, sendo que 61,3% iniciaram antes dos 14 anos e 35,9% antes dos 13. Além disso, 62,8% afirmaram ter usado preservativo na última relação, enquanto 3,7% disseram já ter sido obrigados a manter relação contra a própria vontade e 14,6% relataram experiências de toque, manipulação, beijos ou exposição do corpo sem consentimento. Esses números expõem que a iniciação sexual precoce não pode ser compreendida apenas como expressão de autonomia juvenil: ela também denuncia a erotização dos meninos e sua vulnerabilidade a

situações de coerção e violência. Em diálogo com as análises aqui desenvolvidas, tais achados reforçam a necessidade de políticas que rompam com a naturalização da sexualidade precoce masculina e assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes.

Alguns estudos, principalmente na área do Direito, exploram a mulher como sujeito ativo no crime de estupro, pensados a partir da Lei nº 12.015/2009, caracterizando tais situações como recentes e desafiadoras no campo jurídico. Alguns deles, ainda abordam a ocorrência de gravidez como resultado dessa violência/abuso sexual, discutindo aspectos cíveis e penais relacionados à interrupção da gestação e às obrigações paternas da vítima (Garcia, 2017; Almeida; Brito; Silva, 2025).

Sanderson (2005) destaca que, quando mulheres estão envolvidas em casos de abuso sexual infantil, a reação social é marcada por horror e descrença, já que não se imagina que uma figura associada ao cuidado possa praticar tais atos. Muitas vezes, busca-se interrogar a criança para verificar se não teria interpretado mal a situação. Além disso, práticas ligadas ao cuidado cotidiano — como rituais de higiene — podem ser erotizadas, transformando-se em contextos de violência sexual.

Em sua pesquisa na Educação Infantil, Bello (2006) evidencia como o corpo dos meninos pode ser erotizado em práticas supostamente corriqueiras. Ao observar atendentes de creche durante a troca de fraldas, constatou comentários sobre o tamanho do pênis de um bebê e especulações sobre sua futura vida sexual. Esse tipo de prática, aparentemente banalizada, revela como o corpo masculino infantil também pode ser alvo de violências sutis e erotizações precoces.

No campo do Direito, Weare (2017) problematiza situações em que homens foram coagidos a penetrar mulheres, destacando que tais experiências, embora frequentemente veladas, causam traumas e consequências emocionais graves. Sua pesquisa mostra que a maioria dos homens vitimados não relatou a violência a outras pessoas, nem buscou ajuda especializada, destacando como a invisibilidade é um fator agravante da violência.

A literatura científica aponta, ainda, que esses casos silenciados são sustentados por representações sociais estáticas. Como observa Sanderson (2005), a visão das mulheres como “não agressoras” sexualmente dificulta o reconhecimento de que elas possam praticar abusos. Felipe (2006) acrescenta que estatísticas dificilmente fazem referência às mulheres, já que o exercício da maternidade ou do cuidado as coloca em uma posição acima de qualquer suspeita.

Esses elementos evidenciam que a não identificação dessas situações não é apenas um problema estatístico, mas sobretudo social e cultural. Quando uma professora, babá, parente ou amiga da família pratica violência/abuso sexual contra um menino, a situação tende a ser minimizada, reinterpretada

como relação afetiva ou mesmo ignorada. Como apontam Lessa e Mayor (2021), há uma impossibilidade social de reconhecer o menino como vítima, o que resulta em um processo de revitimização, com danos psicológicos adicionais e reforço à subnotificação dos casos.

O estudo de Setubal *et al.* (2019) evidencia que, embora ainda cercada de tabus, a agressão sexual perpetrada por mulheres — inclusive por mães contra seus próprios filhos e filhas — é uma realidade que precisa ser constatada. A pesquisa mostra que, em parte dos casos analisados, as mães não apenas falharam em proteger as crianças, mas também figuraram como autoras diretas das agressões. Tal constatação desafia os *scripts* de gênero que associam a maternidade exclusivamente ao cuidado e à proteção, mostrando a necessidade de romper com representações idealizadas da figura materna para que seja possível identificar, denunciar e enfrentar essas violências.

Assim, discutir os *scripts* de gênero que sustentam a percepção social sobre quem pode ser vítima e quem pode ser agressor é fundamental para compreender por que essas agressões sexuais praticadas por mulheres contra meninos permanecem silenciadas e marginalizadas tanto nas pesquisas quanto nas políticas públicas.

Dados e pesquisas sobre a violência/abuso sexual cometida por mulheres

Embora historicamente negligenciada, a agressão sexual contra meninos cometida por mulheres não é um fenômeno isolado. Pesquisas nacionais e internacionais demonstram que esses episódios existem, têm impacto significativo e revelam padrões que desafiam concepções tradicionais sobre gênero, cuidado e sexualidade.

Kramer (2014) aponta que, da década de 1960 até o início dos anos 2000, a violência/abuso sexual contra crianças cometido por mulheres ficou longamente invisibilizado, mesmo quando envolvia meninos. Sua análise histórica mostra que apenas quando as construções de gênero passaram por desconstruções — especialmente em contextos ocidentais mais modernos — foi possível reconhecer mulheres como possíveis agressoras. Esse deslocamento discursivo abriu espaço para que o olhar acadêmico e social passasse a considerar a agressora sexual feminina como uma realidade legítima, mas ainda intermitente no discurso acadêmico e institucional.

A autora também destaca que o impacto emocional de um abuso perpetrado por mulher acarreta um peso singular para os meninos: além dos sintomas típicos do trauma (culpa, revivências e dissociação), essas vítimas enfrentam o silêncio reforçado por vergonha e descrédito social. Ela explica

que o corpo masculino pode ser reinterpretado como traidor - especialmente quando a excitação sexual é usada judicialmente como indício de consentimento - o que amplia a negação da vítima masculina e aprofunda o sofrimento psíquico.

De acordo com dados da *Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos* do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2024 foram registradas 4.680 denúncias e 6.033 violações de estupro de vulnerável contra meninos. Entre esses registros, 1.485 denúncias e 1.857 violações envolviam mulheres como suspeitas, o que corresponde a aproximadamente um terço do total. Esses números evidenciam que, embora a maioria dos agressores ainda seja do gênero masculino, a participação de mulheres em crimes sexuais contra meninos não é insignificante.

Em pesquisa realizada por Rosa e Felipe (2020), com 170 homens brasileiros respondendo a questionário *online*, verificou-se que 43,5% haviam sofrido violência/abuso sexual na infância. Desses, 20% afirmaram que a agressora era uma mulher, sendo citadas como autoras principalmente amigas da família, primas, empregadas domésticas e babás. Esses dados reforçam que a proximidade e a relação de confiança estabelecida no ambiente doméstico desempenham papel central na ocorrência dessas violências.

Outros estudos recentes têm se dedicado a compreender o fenômeno. Lessa e Mayor (2021) analisaram comentários *online* em reportagens sobre casos de mulheres que abusaram sexualmente de meninos e constataram que 81,5% das interações não reconheciam tais práticas como abuso. Muitos comentários interpretavam as experiências como positivas ou como sinal de virilidade, o que configura uma revitimização socialmente infligida, agravando os danos psicológicos das vítimas e contribuindo para a subnotificação.

Em sua dissertação, Lessa (2023) investigou, por meio de grupos focais com estudantes de Medicina e Psicologia, as concepções sociais de gênero que influenciam as perspectivas de futuros profissionais da Saúde diante de casos de violência sexual contra meninos cometida por mulheres. Os resultados apontaram uma lacuna na formação acadêmica, que tende a naturalizar ou ignorar o fenômeno, bem como a presença de preconceitos individuais que dificultam a identificação e o acolhimento adequado às vítimas.

Scobernatti (2011), em pesquisa realizada a partir de histórias de vida e análise documental, investigou as motivações femininas no cometimento do abuso sexual, considerando elementos históricos, sociais e culturais que atravessam as trajetórias de homens e mulheres abusadores. O estudo identificou que, embora não haja diferenças significativas nas motivações entre os gêneros, persiste um

tratamento desigual: a legislação e os sistemas de proteção tendem a tornar invisíveis as mulheres como autoras de violência, não as reconhecendo como capazes de perpetrar abusos. Ao mesmo tempo, sobre elas recai uma censura moral que reforça seu confinamento ao espaço doméstico, em contraste com os homens, historicamente associados à violência no espaço público.

No contexto internacional, diferentes estudos portugueses têm se dedicado a compreender a violência/abuso sexual cometida por mulheres a partir da lente das representações sociais e dos *scripts* de gênero. Monteiro (2018) analisou percepções sobre o abuso sexual de crianças e jovens entre estudantes e profissionais, mostrando que atitudes mais assimétricas em relação ao gênero aumentam a legitimação do abuso, sobretudo quando a agressora é mulher e a vítima é um menino. Davide (2016), utilizando metodologia mista, também investigou essas representações e identificou que os casos de abuso perpetrados por mulheres são frequentemente associados à patologia, além de destacar que pessoas com experiência profissional tendem a minimizar menos a gravidade do fenômeno. Pinho (2022), por sua vez, examinou decisões judiciais portuguesas e apontou que representações ligadas ao cuidado e à maternidade ainda influenciam o sistema de justiça, amenizando a responsabilização das agressoras. Esses estudos demonstram que, mesmo em contextos acadêmicos e institucionais, o viés de gênero permanece um desafio para o reconhecimento e o enfrentamento dessas práticas sexuais cometidas por mulheres.

Cabe lembrar que foi apenas em 2009, com a promulgação da Lei nº 12.015, que meninos e homens passaram a ser admitidos no Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940) como vítimas de estupro de vulnerável e violência/abuso sexual. Até então, a legislação restringia o crime de estupro à conjunção carnal de homens contra mulheres, desconsiderando formalmente a possibilidade de meninos figurarem como vítimas. Essa alteração legal evidencia tanto o atraso na proteção jurídica de meninos quanto a persistente dificuldade em reconhecê-los como sujeitos de direitos em contextos de crimes sexuais.

O conjunto desses dados e pesquisas demonstra que, embora os casos de mulheres como agressoras sexuais de meninos sejam menos frequentes do que os cometidos por homens, eles não podem ser ignorados. O ocultamento do fenômeno, sustentado por representações sociais e por lacunas na legislação, na pesquisa e na formação profissional, dificulta não apenas a notificação e o enfrentamento, mas também a construção de políticas públicas que considerem os meninos como possíveis vítimas e as mulheres como potenciais agressoras.

Representações culturais e midiáticas: entre a denúncia e a romantização

A invisibilidade da violência/abuso sexual contra meninos praticada por mulheres não se manifesta apenas nas estatísticas e nas pesquisas acadêmicas, mas também nas maneiras como o fenômeno é retratado na cultura e na mídia. Livros, filmes e reportagens cumprem papel fundamental tanto na denúncia quanto na manutenção de estigmas, contribuindo para moldar o olhar social sobre quem pode ser vítima e quem pode ser agressor. No entanto, é importante pontuar o quanto cinema e literatura, em especial, podem alcançar e sensibilizar diferentes públicos para essa temática (Rosa; Felipe, 2022).

Escrito por Davi Castro e publicado em 2014, o livro “Tia Rafaela” narra em primeira pessoa a experiência de um menino que, aos 13 anos, foi abusado por sua professora de Educação Física, com quem acabou tendo um filho. A narrativa, que retrata um caso real acontecido com o autor, evidencia a relação de poder que se estabelece entre professora e aluno: a mulher adulta, casada e com um filho, aproveita-se da vulnerabilidade do menino, que vivia mudanças familiares significativas e encontrava na professora uma figura de confiança e apoio.

Ao mesmo tempo em que funciona como denúncia, o livro expõe como a violência/abuso sexual pode ser camuflada sob discursos de afeto, cuidado e até de “iniciação sexual”. A professora, ao mesmo tempo em que orienta o garoto nos estudos e oferece suporte emocional, erotiza a relação e estabelece práticas abusivas, como o compartilhamento de filmes pornográficos e a exigência de práticas sexuais regulares. A trama revela, portanto, a complexidade da violência: não se trata de um episódio isolado, mas de uma rotina que combina sedução, manipulação e abuso de poder. Ademais, é possível observar como o livro, enquanto artefato cultural, produz efeitos de verdade e de poder (Foucault, 2021), ao reforçar determinados modos de narrar e compreender a violência que atravessam tanto os discursos quanto as instituições.

Já o filme “Segredos de um Escândalo” (May December), dirigido por Todd Haynes e que estreou em 2024, também é inspirado em um caso real, acontecido nos anos de 1990, de uma professora que manteve relação sexual com um aluno de 13 anos e engravidou dele. A obra audiovisual mostra como, mesmo em sociedades com maior debate público sobre gênero e sexualidade, ainda é difícil reconhecer mulheres como agressoras sexuais. O enredo reflete contradições: de um lado, o escândalo social diante da relação; de outro, a romantização e até a espetacularização do caso pela mídia. A escolha de atrizes consagradas como Julianne Moore e Natalie Portman para interpretar a história atraiu atenção

internacional e evidenciou a relevância cultural do tema. Contudo, o modo como a relação é narrada reforça a ambiguidade entre “romance” e “abuso”, tensionando a dificuldade social de compreender o menino como vítima.

Casos noticiados no Brasil e no exterior reforçam a recorrência desse fenômeno. Em 2023, um caso em Praia Grande-SP ganhou destaque na imprensa ao expor a vulnerabilidade de meninos em ambientes educacionais: uma professora de artes foi demitida após admitir, em mensagens, ter beijado um estudante de 14 anos e manifestar interesse por contato íntimo com ele. A direção da escola acionou o Conselho Tutelar e registrou a ocorrência, mas a situação gerou desdobramentos como a exposição do aluno e agressões praticadas por colegas.⁴ No mesmo ano, em Teresópolis-RJ, uma professora de 37 anos da rede municipal foi afastada após ser acusada de abusar sexualmente de um aluno de 10 anos, mediante o envio de mensagens e fotos de teor sexual, conforme confirmou a denúncia da família às autoridades. A Polícia Civil cumpriu mandado de busca e apreensão no domicílio da docente — coletando dispositivos eletrônicos para perícia — e a Justiça determinou sua remoção do ambiente escolar e proibição de contato com a criança.⁵

Ambos os casos brasileiros evidenciam a necessidade de políticas e protocolos claros para prevenção, identificação e enfrentamento de casos de violência/abuso sexual cometida por profissionais da Educação, sejam mulheres ou homens, garantindo proteção integral às vítimas e responsabilização adequada dos/as agressores/as. Ao mesmo tempo, tais ocorrências explicitam os modos pelos quais o poder se exerce nos espaços escolares, produzindo verdades sobre gênero, sexualidade e infância que podem tanto encobrir quanto legitimar práticas de violência.

Já no contexto estrangeiro, em 2013, nos Estados Unidos, uma professora foi acusada de abuso sexual contra dois alunos de 13 anos, tendo praticado sexo oral dentro da sala de aula durante o recreio após um dos meninos mencionar uma condição corporal. A mulher, que foi acusada de ter oferecido carona para um outro garoto e feito sexo oral nele também, justificou a prática como um exame pedagógico, tendo trocado mensagens de texto com os estudantes antes dos atos.⁶ Em 2022, na Itália, uma professora foi condenada a seis anos e meio de prisão por abuso sexual ao engravidar de um aluno que tinha 13 anos na época do ato, reconhecido como crime de indução a menor de idade em

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/11/22/professora-assume-ter-beijado-aluno-em-mensagem-e-e-demitida-so-beijo-nao-deu-conta.ghml>. Acesso em: 23 ago. 2025.

⁵ Disponível em: <http://www.tupi.fm/sentinelas/professora-e-afastada-suspeita-de-abuso-sexual-contr-aluno-de-10-anos-em-teresopolis>. Acesso em: 23 ago. 2025.

⁶ Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/professora-e-acusada-de-fazer-sexo-oral-em-dois-alunos-da-oitava-serie-28062022>. Acesso em: 23 ago. 2025.

decorrência da relação de autoridade que mantinha com a vítima. A investigação teve início após o menor confidenciar a situação a seu treinador e a indicação de paternidade foi confirmada por exame de DNA, evidenciando as implicações legais de violência/abuso sexual sob o disfarce da intimidade.⁷ Em junho de 2025, uma professora do ensino fundamental em Nova Jersey (EUA) foi acusada de manter um relacionamento abusivo com um aluno, iniciado quando ele tinha 11 anos, que resultou em uma gravidez quando o adolescente completou 13 anos. A investigação começou após o pai do adolescente perceber semelhança entre o bebê da professora e seu filho, o que levou à denúncia e à prisão da docente.⁸

Os episódios, que são apenas um recorte do que é possível encontrar em sites de notícias, salientam reiteram a vulnerabilidade de meninos diante de figuras de autoridade, reforçando a importância de mecanismos institucionais eficazes de prevenção e responsabilização, com capacitação profissional e denúncias imediatas para a incriminação efetiva das agressoras e proteção integral aos meninos vítimas.

Importante salientar que o modo como as reportagens são redigidas também destacam um viés de gênero: enquanto professores homens são rotulados de “abusadores” ou “estupradores”, professoras muitas vezes são apresentadas apenas como “docentes que se relacionaram com alunos”, usando termos como “envolvimento” ou “relação amorosa”. Essa escolha linguística suaviza o crime e reforça a percepção equivocada de consentimento. Ao definir os sujeitos e as ações por meio de certas escolhas linguísticas, o discurso midiático participa de um regime de verdade (Foucault, 2021) que regula o que pode ou não ser nomeado como violência, moldando as fronteiras entre o aceitável e o condenável.

As representações analisadas mostram que, mesmo quando a violência cometida por mulheres contra meninos é visibilizada, ela costuma ser interpretada de forma ambígua. Oscila entre a denúncia e a romantização, entre a caracterização de abuso e a ideia de iniciação sexual. Essa ambiguidade não é neutra: reforça *scripts* de gênero, dificulta a identificação da vítima e contribui para o silenciamento social. No campo educacional, compreender criticamente essas representações é fundamental. Professoras/es e gestoras/es precisam ser capazes de reconhecer como gênero, poder e sexualidade se articulam nessas narrativas, de modo a superar a naturalização da violência e ampliar a proteção das crianças e adolescentes.

⁷ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/epoca/noticia/2022/05/professora-condenada-por-abuso-sexual-apos-engravidar-de-aluno-de-15-anos-na-italia-25512619.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2025.

⁸ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2025-06-25/professora-e-acusada-de-abusar-e-engravidar-de-aluno-de-13-anos.html>. Acesso em: 23 ago. 2025.

Educação e sociedade diante dos silêncios e desafios do tema

As análises apresentadas neste artigo — de produções culturais, pesquisas acadêmicas, estatísticas e notícias — convergem para a constatação de que a violência/abuso sexual contra meninos praticada por mulheres é uma realidade social que permanece invisibilizada. Tal fato não decorre apenas da subnotificação ou da escassez de pesquisas, mas de um conjunto de representações de gênero que moldam a maneira como a sociedade interpreta quem pode ser vítima e quem pode ser agressor.

Hohendorff (2016) destaca que ainda é necessário ampliar a compreensão sobre as violências sexuais que atingem meninos, de modo a possibilitar a criação de estratégias de intervenção mais adequadas às especificidades desse público. Em sua pesquisa, o autor identificou que os casos envolvendo meninos tendem a ser, além de menos visíveis, fortemente atravessados por normas de masculinidade, e que os profissionais e serviços da rede de proteção demonstram limitações para lidar com tais situações.

As instituições e práticas sociais são atravessadas por relações de gênero, classe, raça e sexualidade, ao mesmo tempo em que as produzem e são produzidas por elas. A escola, frequentemente percebida como um espaço “feminino”, ilustra bem esse processo: trata-se de um ambiente majoritariamente ocupado por mulheres e funções tradicionalmente associadas ao cuidado, à vigilância e à educação. Os discursos pedagógicos reforçam essa dimensão ao aproximar a escola do modelo familiar, valorizando o afeto, a confiança e a adesão dos estudantes ao processo formativo, de modo que a atuação das profissionais da Educação é constantemente comparada à ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças e adolescentes (Louro, 2014).

Essa configuração, contudo, não é neutra: ao associar a docência ao cuidado e à proteção, constrói-se um imaginário que dificulta o reconhecimento de práticas abusivas quando perpetradas por mulheres, tornando mais complexa a identificação de violências e contribuindo para a invisibilidade de meninos como vítimas. No ambiente escolar, essa assimetria é evidente: enquanto a presença masculina na Educação Infantil frequentemente desperta desconfiança e até pânico moral, as professoras são vistas como naturalmente vocacionadas para o cuidado. Esse desequilíbrio produz efeitos concretos — quando uma professora estabelece vínculos abusivos com um aluno, a situação tende a ser minimizada, reinterpretada como “relação amorosa” ou até romantizada como uma experiência positiva para o menino, ocultando sua dimensão de violação e omissão.

Esse modo de interpretar o fenômeno não apenas silencia as vítimas, mas também agrava os impactos emocionais e sociais vividos por elas. Como apontam Lessa e Mayor (2021), ao serem confrontados com comentários sociais que negam sua condição de vítimas, os meninos abusados por mulheres passam por processos de revitimização, que dificultam a identificação de seus sofrimentos e a busca por ajuda.

No contexto da Educação, esses elementos revelam desafios adicionais. Embora se reconheça o papel da escola na identificação, acolhimento e encaminhamento de casos de violência/abuso sexual, a falta de formação docente sobre gênero, sexualidade e violências dificulta o enfrentamento de situações em que mulheres figuram como agressoras e meninos como vítimas. O silêncio em torno do tema é alimentado por uma formação que pouco aborda a pluralidade das violências/abusos sexuais, limitando-se a reforçar a imagem hegemônica da menina-vítima e do homem-agressor.

As representações culturais e midiáticas também desempenham função ambígua nesse processo. Se, por um lado, livros, filmes e reportagens contribuem para trazer o tema à tona, por outro, a escolha de termos suavizadores — como “se envolveu com aluno” em vez de “abusou” — reforça a naturalização da violência. Essa linguagem reitera *scripts* de gênero que legitimam a virilidade precoce do menino e a suposta incapacidade da mulher de agredir sexualmente.

Debater essas questões no campo acadêmico e educacional é fundamental para romper com a invisibilidade, pois como indicam Hohendorff, Habigzang e Koller (2012), os meninos apresentam muita dificuldade em relatar suas experiências de violência/abuso sexual e, embora em menor prevalência, esses casos ocorrem e urge uma necessidade de estratégias preventivas e terapêuticas. Isso implica tanto em reconhecer que meninos também podem ser vítimas de violência/abuso sexual quanto trabalhar para que eles mesmos se identifiquem nessa posição, além de que mulheres também podem ser agressoras e que a proteção da infância demanda uma abordagem crítica, que vá além dos *scripts* de gênero. Requer, ainda, investir na formação docente para que professores e professoras sejam capazes de identificar sinais de abuso, compreender as múltiplas maneiras que ele pode assumir e garantir o acolhimento adequado às vítimas (Rosa, 2024).

Em síntese, a discussão evidencia que a ausência de debate acerca dessas ocorrências contra meninos praticadas por mulheres não é apenas uma lacuna de pesquisa, mas um problema estrutural que atravessa representações sociais, práticas institucionais e políticas públicas. Enfrentar esse fenômeno requer desconstruir concepções naturalizadas de gênero, investir em uma educação para a sexualidade crítica e ampliar o debate social para incluir todas as formas de violência contra crianças e

adolescentes.

Tornar visível para proteger: enfrentando crimes sexuais contra meninos

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que a violência/abuso sexual contra meninos cometida por mulheres é um fenômeno real, ainda que fortemente velado. Esse apagamento é sustentado por representações de gênero que associam a mulher ao cuidado e à proteção, dificultando sua identificação como agressora, ao mesmo tempo em que associam os meninos à virilidade precoce, negando-lhes o lugar de vítimas.

Os dados apresentados demonstram que, embora numericamente menos frequentes do que os casos de violência praticados por homens, as ocorrências envolvendo mulheres não podem ser desconsideradas. O número significativo de denúncias registradas em órgãos oficiais, somado às pesquisas acadêmicas nacionais e internacionais, revela que esse tipo de violência existe, causa impactos psicológicos e sociais relevantes, e precisa ser enfrentado com seriedade.

As representações culturais e midiáticas analisadas também mostraram o papel ambíguo da arte e da imprensa: ao mesmo tempo em que possibilitam a emergência do tema e sua circulação pública, muitas vezes suavizam a gravidade da violência, descrevendo-a como romance ou iniciação sexual. Esse enquadramento não é apenas um detalhe narrativo, mas sim um fator que contribui para o silenciamento das vítimas e para a manutenção de *scripts* de gênero.

O desafio é ainda maior na Educação, uma vez que a ausência de formação docente sobre gênero, sexualidade e violências dificulta a identificação e o acolhimento de meninos que tenham sido vitimizados. Mais do que isso, compromete a construção de uma cultura escolar capaz de problematizar narrativas que reforçam desigualdades e silenciamentos. É fundamental que a escola assuma papel ativo na desconstrução de mitos e preconceitos, investindo em práticas pedagógicas de uma educação para a sexualidade crítica que incluam meninos e meninas como sujeitos de direitos e proteção desde a mais tenra idade.

Consideramos, portanto, que enfrentar a violência/abuso sexual contra meninos cometida por mulheres exige: maior investimento em pesquisas que aprofundem a compreensão do fenômeno, especialmente no Brasil, onde ainda há escassez de estudos; formação docente contínua, que aborde gênero, sexualidade e violência de maneira crítica, preparando profissionais para identificar, acolher e encaminhar casos; mudança no tratamento midiático, de modo a evitar a romantização ou a suavização

de práticas criminosas; e políticas públicas de proteção à infância, que considerem meninos como possíveis vítimas e mulheres como potenciais agressoras, garantindo atenção integral a todos os sujeitos.

Ao trazer à tona essa temática, buscamos contribuir para a quebra do silêncio que historicamente marcou os meninos vítimas de violência/abuso sexual. Tornar visível esse problema é um passo fundamental para o seu enfrentamento, para a garantia de direitos e para a construção de uma sociedade mais justa e comprometida com a proteção integral de crianças e adolescentes.

Referências

ALMEIDA, Mônica Graziella Silvério de Souza; BRITO, Vanus Girodo; SILVA, Fabiana Luiza. A mulher como sujeito ativo no estupro de menores do sexo masculino, resultando em gravidez: consequências jurídicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 7309–7318, 2025.

BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?** 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.015**, de 7 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRAVIN SETUBAL, Cassio et al. “Não pode ser abuso... eu sou a mãe”: ofensa sexual materna. **Revista de Psicologia**, Santiago, v. 28, n. 1, p. 92-103, jun. 2019.

CASTRO, Davi. **Tia Rafaela**. São Paulo: Panda Books, 2010.

DAVIDE, Daniela Alexandra Santos. **Representações sociais do abuso sexual de crianças perpetrado por mulheres**. 2016. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Forenses) – Universidade do Porto, Porto, 2016.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, 2025.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo o pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006.

FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (org.). **Para pensar a docência na**

Educação Infantil. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

GARCIA, Larissa Ferrassi. **A mulher como sujeito ativo do crime de estupro de vulnerável:** a tutela cível e penal da vítima na ocorrência de gravidez indesejada. 2017. 38 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2017.

HOHENDORFF, Jean Von. **Dinâmica da violência sexual contra meninos.** 2016. 128 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. **Psicologia USP**, v. 23, n. 2, p. 395–416, abr. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar:** 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IPEA; FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2025.** Brasília: IPEA; FBSP, 2025.

KRAMER, Sherianne. **Surfacing (im)possible victims:** the role of gender, sexuality and power in constructing the conditions of possibility for victims of female sex abuse. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 2014.

LESSA, Camila Bahia. **Meninos sexualmente abusados por mulheres:** perspectivas de profissionais da Saúde em formação. 2023. 85 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto. (Re)violências socialmente infligidas a meninos sexualmente abusados por mulheres. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 332–362, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MONTEIRO, Catarina Carreiro Garcia. **Vítimas do “sexo forte” e agressoras do “sexo fraco”:** relação entre as representações sociais do abuso sexual de crianças e jovens e as representações sociais de gênero numa amostra de estudantes profissionais. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Comunitária) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

PINHO, Ana Alexandra dos Santos Azevedo. **Mulheres agressoras sexuais de crianças:** papéis de gênero nas decisões judiciais. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) – Universidade Aberta, Lisboa, 2022.

ROSA, Cristiano Eduardo da. **Violência/abuso sexual contra meninos:** a pedofilização na educação das masculinidades dissidentes na infância. 2024. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Representações da violência/abuso sexual contra meninos em obras de literatura: entre a denúncia e a resistência. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, a. 19, v. 2, p. 269-286, jul./dez. 2022.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Violência/abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 25, n. 2, p. 144-167, jul./dez. 2020.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books, 2008.

SCOBERNATTI, Gisele. **Entre amores invisíveis e silenciados**: histórias de abusadoras sexuais na cidade de Pelotas (RS). 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

WEARE, Siobhan. **Forced-to-penetrate cases**: lived experiences of men. Lancaster University Law School, 2017. Disponível em: <http://wp.lancs.ac.uk/forced-to-penetrate-cases/files/2016/11/Project-Report-Final.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Melissa Carabajal Costa.